

A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA E AS NOVAS NORMAS DE INTERVENÇÃO: O CASO BRASILEIRO

Aluna: Barbara Bravo de Moraes Mendes

Orientador: Kai Michael Kenkel

Introdução

O presente resumo apresenta em linhas gerais o desenvolvimento e as conclusões da pesquisa desenvolvida ao longo do último ano acerca da mudança da política externa brasileira no que tange a emergência de novas normas de intervenção e o envolvimento do país em operações de manutenção da paz autorizadas sob os auspícios do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

A construção do perfil de atuação da política externa brasileira no que concerne a agenda de segurança internacional ao longo do tempo foi centrada na defesa dos princípios de soberania e não-intervenção. Nesse sentido, nos seus diversos mandatos como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Brasil se mostrou contrário à aprovação de missões de paz autorizadas a usarem a força em suas incursões, ou seja, cujos mandatos enquadravam-se no Capítulo VII da Carta da ONU. Assim, até 1999, com a crise no Timor Leste, o país nunca havia contribuído com envio de militares para uma operação de paz desse caráter.

Apenas cinco anos após a primeira e incipiente atuação em uma operação de paz autorizada a usar a força para alcançar os seus objetivos, o Brasil tornou-se figura importante no cenário dos países contribuintes com tropas para missões de paz ao assumir o comando militar e enviar o maior contingente de tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Assim, o objeto de estudo desta pesquisa centra-se na compreensão dos fatores que motivaram essa drástica mudança na forma de atuação da política externa brasileira, bem como nos recursos usados para legitimá-la perante a comunidade internacional. Nesse sentido, buscou-se investigar o tema apresentado em três principais vertentes: (1) a expansão do conceito de segurança, e as transformações normativas que influenciaram a mudança do caráter das intervenções e de que forma esse novo modelo se aproxima dos ideais defendidos pelo Brasil; (2) a necessidade do Brasil de se inserir no cenário internacional como uma potência média responsável à luz da candidatura do país como membro permanente do Conselho de Segurança e de encontrar nas operações de paz um nicho diplomático ideal que concatena *soft* e *hard power*; (3) a retórica da não-indiferença e a opção do país por demonstrar maior responsabilidade com nações que tenham semelhanças históricas/culturais/regionais com o Brasil.

Objetivos

A pesquisa teve como principais objetivos: (1) a compreensão do arcabouço normativo em que a mudança de postura do Brasil se insere, bem como as consequências que esta mudança traz para a percepção do país no cenário internacional; (2) a correlação entre discurso e prática no que tange os recursos retóricos usados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) para justificar a nova postura adotada. Nesse sentido, o enfoque será dado na forma como esse novo discurso rompe com a tradição da política externa brasileira e

articula elementos que ocultam interesses políticos em detrimento de uma nova forma de inserção do país no cenário internacional.

Metodologia

Para que fosse possível cobrir as três vertentes de análise desta pesquisa, a metodologia teve que abarcar a coleta de fontes primárias e secundárias. Nesse sentido, o primeiro passo foi o levantamento de bibliografia acerca das normas de intervenção internacional, operações de paz e estudos de segurança, composta prioritariamente de artigos acadêmicos e documentos oficiais das Nações Unidas. Em seguida, foi dada prioridade para a coleta de material acerca da tradição da política externa brasileira, seus pilares fundamentais e manifestações históricas acerca desta temática. Por fim, ainda em termos de pesquisa de material bibliográfico, foram levantadas as fontes primárias acerca da postura contemporânea do Brasil, em discursos oficiais, monografias e teses dos diplomatas do MRE, e, por fim, na entrevista com o ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Conclusões

A análise dessa pesquisa conclui que existe uma certa tautologia na forma como o Brasil se posiciona com relação à temática apresentada. Porque a América Latina não tem um assento permanente no CSNU, e com isso há um vácuo de representatividade, o Brasil tem direcionado seus esforços no aumento da sua projeção de poder com vistas a aumentar sua percepção como liderança regional. Ao se propor a essa empreitada, o país acaba por flexibilizar a sua política externa de modo a acomodar as novas demandas por inserção internacional, o que, nesse caso específico, concerne a atuação em operações de paz. Uma vez que o país chama para si mais responsabilidades para com o sistema internacional, aumentam as demandas por um envolvimento crescente, bem como por uma atuação cada vez mais assertiva. Nesse sentido é que se enquadram as expectativas com relação ao suporte brasileiro ao R2P. No entanto, por não estar representado no CSNU, o país não deposita sua confiança no funcionamento pleno do mecanismo e acaba por se alijar do debate. Ao fazer isso, o país diminui as suas chances de ser eleito membro permanente, uma vez que é percebido como uma potência emergente que ainda não está preparada para se comprometer com o nível de responsabilidades esperada de um líder regional. Não estando no CSNU, o processo se retroalimenta.